



©Gman73/PhotoXpress

As dificuldades de um

Por suas dimensões continentais, o Brasil sofre uma série de problemas e desigualdades sociais em todos os níveis, provocando o êxodo das populações para as metrópoles e agravando os focos de violência e desacertos urbanos. Uma das áreas fortemente atingidas por isso é a educação.

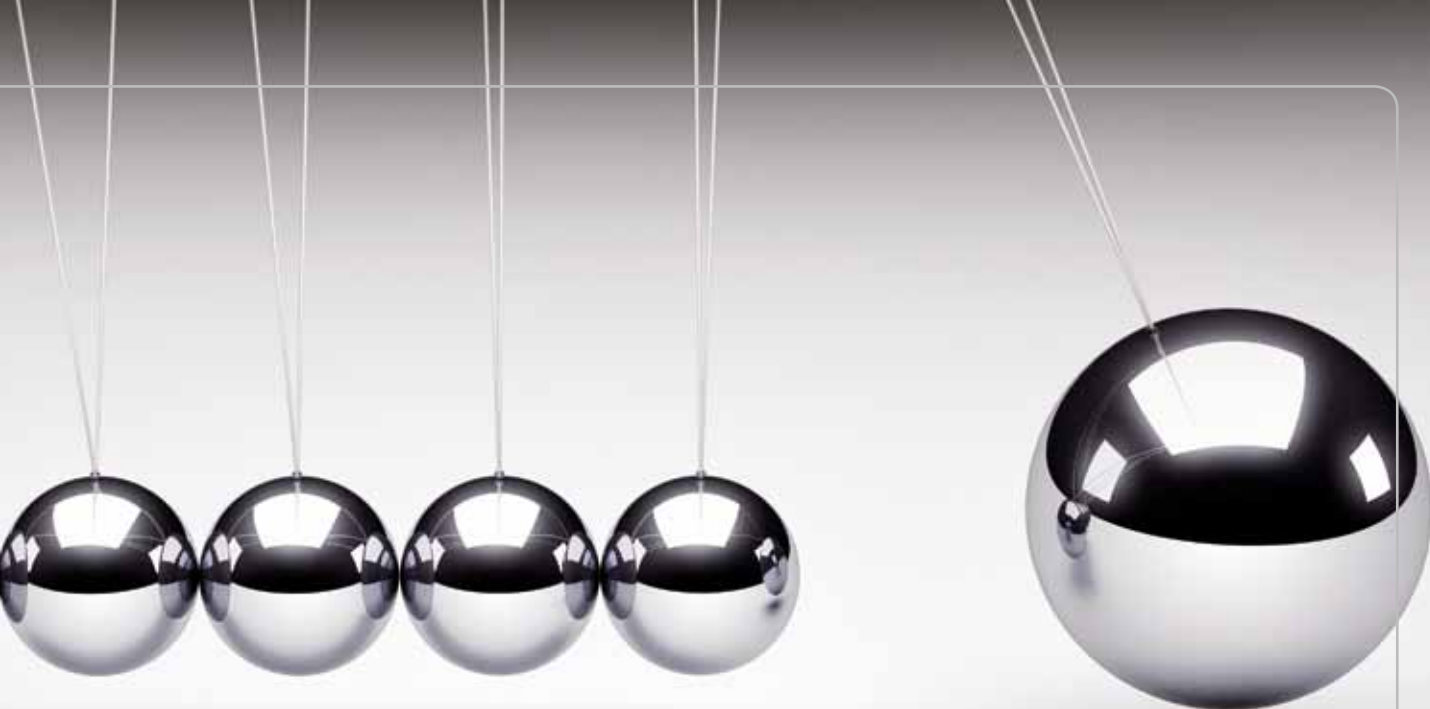
Dados recentes de um levantamento da Fundação Lemann, feito com base em microdados da Prova Brasil, indicam que alunos das escolas públicas das regiões Norte e Nordeste do País, têm quatro anos de atraso na aprendizagem em relação aos estudantes do Sul e Sude-

te. Os números apontam que, ao fim do ensino fundamental, no 9º ano, os estudantes que moram em Alagoas, no Maranhão e no Amapá sabem menos português e matemática do que aqueles que estão terminando o 5º ano em Minas Gerais, Santa Catarina e no Distrito Federal, por exemplo.

A Prova Brasil é um teste aplicado a cada dois anos para os alunos de 5º e 9º anos de escolas públicas brasileiras. Em Alagoas, 57% dos estudantes terminam o 9º ano do ensino fundamental sem saber o conteúdo de matemática que deveriam dominar já no fim do 5º ano. Isso signi-

fica que mais da metade dos alunos foi para o ensino médio sem saber localizar, por exemplo, informações em um gráfico, competência esperada para uma criança de 10 anos de idade.

No outro extremo, em Minas Gerais, 87% dos alunos do 9º ano têm conhecimento proficiente ou avançado do conteúdo do 5º ano. O cenário fica ainda pior, no Norte e Nordeste, se forem consideradas as competências esperadas para a etapa que estão concluindo; na rede municipal do Amapá, apenas 2,4% dos alunos vão para o ensino médio com aprendizado adequado para enfrentar a nova etapa.



Benjamin Ribeiro*

país continental

Outros Estados com desempenho ruim: Alagoas, com apenas 3,6% dos estudantes com aprendizado adequado para a série, e Maranhão, com apenas 3,8%. O coordenador de Projetos da Fundação Lemann e autor do levantamento afirma que os números mostram que existe alguma coisa muito errada. Mais do que recursos financeiros, essas regiões do Norte e Nordeste são as que mais necessitam de um acompanhamento contínuo, de suporte e de diálogo. Mas isso, de forma efetiva, não de cima para baixo.

Enquanto esses problemas são verificados na prática, o Plano Nacional de Educação, elabo-

rado em 2010 para vigorar entre 2011 e 2020, permanece no Congresso Nacional à espera de aprovação. Nele são contemplados itens essenciais, como erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) e valorização de profissionais da educação.

A educação deveria ser entendida como eixo norteador da política de desenvolvimento do

País, mas não é isso o que se vê. Na própria elaboração do Plano Nacional de Educação nota-se o viés ideológico, pois as entidades representativas do ensino particular brasileiro não tiveram acesso a ele, nem foram consultadas para dar sua contribuição e mostrar sua experiência em benefício da melhoria da qualidade do ensino, ajudando assim na diminuição das desigualdades sociais e educacionais. ■

*Presidente do Sieceesp - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo

benjamin@einstein24h.com.br